



AGENDA LEGISLATIVA

31 de outubro a 04 de novembro de 2022

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Terça-feira (1/11)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO / Anexo II, Plenário 10, 09h00

REQ 97/2022 CE - Requer a realização de Reunião de Audiência Pública para tratar sobre mapas educacionais para a elaboração de políticas educacionais baseadas em evidências. Item nº 3

Convidados:

- Victor Godoy, Ministro da Educação;
- Priscila Cruz, Presidente-Executiva da ONG Todos pela Educação;
- Carlos Eduardo Moreno Sampaio, Diretor de Estatísticas Educacionais do INEP;
- João Batista Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto;
- Claudia Costin, Fundadora e Diretora do FGV CEIPE e professora visitante na Faculdade de Educação de Harvard;
- Ex-Diretora Global de Educação do Banco Mundial; e,
- Rossieli Soares - Ex-ministro da Educação e Ex-secretário de Educação do estado de São Paulo.

Autor: deputada Adriana Ventura NOVO/SP

REQ 98/2022 CE - Requer ao Ministro da Educação informações acerca de dados referentes a execução da Lei 14.113/2020. Item nº 4

Explicação: a Lei supracitada regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Autor: deputado Bacelar PV/BA

PL 1171/2019 - Dá nova redação ao artigo 80 da Lei nº 9.394, de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Item nº 30

Explicação: Proíbe o incentivo e o desenvolvimento de programas de ensino à distância em cursos da área da saúde, em todos os níveis e modalidades.

Autor: deputado Dr. Jaziel PR/CE

Relator: deputada Professora Marcivania - PCdoB/AP

Parecer: pela aprovação deste, do PL 1549/2019 e do PL 1946/2021, apensados, na forma do Substitutivo adotado pela CSSF.

PL 4413/2020 - Prorroga todos os prazos dos pós-graduandos, pelo prazo de um ano em todos os programas de pós-graduação em curso, e dá outras providências. Item nº 47

Explicação: indica que os programas de pós-graduação foram temporalmente afetados pela pandemia, e que segundo estimativa da Associação Nacional dos Pós-Graduandos – ANPG, o período de 1 ano será o suficiente para não comprometer o cumprimento dos referidos programas.

Autor: deputado Orlando Silva PCdoB/SP

Relator: deputado Luizão Goulart - SOLIDARIEDADE/PR

Parecer: pela aprovação, com emenda.

PL 2410/2021 - Cria o Fundo de Aquisição de Livros para Instituições Públicas de Ensino Superior - FUNALIVROS. Item nº 51

Autor: deputado Eduardo Bismarck PDT/CE

Explicação: o fundo destina recursos para financiar compras de livros físicos, bem como a aquisição e manutenção de plataformas de acervo de livros virtuais ou digitais para todas as áreas e níveis de formação acadêmica e de aperfeiçoamento do quadro de docentes e servidores das instituições.

Relator: deputada Lídice da Mata - PSB/BA

[Parecer:](#) pela aprovação, com emenda.

PL 1250/2022 - Altera a Lei nº 5.537, de 21 de novembro de 1968, e dá outras providências. Item nº 62

Explicação: Trata de alterações no Conselho Deliberativo do FNDE

Autor: deputado Professor Israel Batista PSB/DF

Relator: deputado Tiago Mitraud - NOVO/MG

[Parecer:](#) pela aprovação, com substitutivo.

CDEICS - COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS / Anexo II, Plenário 05, 09h30

PLP 131/2021 - Altera a Lei Complementar n. 123/2006, que instituiu o Estatuto Nacional, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Item nº 3

Explicação: propõe retirar da composição dos tributos sobre as microempresas e empresas de pequeno porte, o IRPJ e a CSLL, relativamente às faixas de receitas inferiores a R\$360 mil anuais.

Autor: deputado Pedro Uczai PT/SC

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

[Parecer:](#) pela rejeição.

PLP 8/2022 - Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, para permitir, excepcionalmente, a adesão ao Simples Nacional no mês de julho. Item nº 6

Explicação: permite que empresas que não aderiram ao Simples Nacional no mês de janeiro em virtude de algum impedimento, possam fazê-lo no mês de julho do mesmo exercício.

Autor: deputado Eduardo Bismarck PDT/CE

Relator: deputado Helder Salomão - PT/ES

[Parecer:](#) pela aprovação.

PDL 426/2020 - Susta o Decreto nº 9.589, de 29 de novembro de 2018, que "Dispõe sobre os procedimentos e os critérios aplicáveis ao processo de liquidação de empresas estatais federais controladas diretamente pela União". Item nº 7

Autor: deputado André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Jesus Sérgio - PDT/AC

[Parecer:](#) pela aprovação deste, e do PDL 491/2020, apensado, com Substitutivo.

PL 905/2020 - Insere dispositivos na Lei nº 13.979 de 06 e fevereiro de 2020 para dispor sobre a suspensão da cobrança dos impostos e contribuições abrangidos pelo Simples Nacional do Microempreendedor Individual. Item nº 10

Autor: deputado Rubens Otoni PT/GO

Relator: deputado Guiga Peixoto - PSC/SP

[Parecer:](#) pela rejeição deste, do PL 958/2020, do PL 1775/2020, e do PL 1045/2022, apensados.

PL 2064/2021 - Dispõe sobre a criação de linhas de crédito para microempresas e empresas de pequeno porte pelas instituições financeiras públicas federais. Item nº 11

Explicação: dispõe sobre a criação de linhas de crédito de amparo às microempresas e empresas de pequeno porte com o objetivo de mitigar os impactos socioeconômicos da emergência de saúde pública de importância internacional relacionada à Covid-19 a serem adotadas até 31 de dezembro de 2022.

Autor: deputado Marcon PT/RS

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

[Parecer:](#) pela rejeição deste, do PL 512/2022, e do PL 657/2022, apensados.

PL 3599/2020 - Regulamenta o serviço de entrega de mercadorias com o uso de bicicleta por intermédio de empresa de plataforma digital. Item nº 13

Autor: deputado Eduardo Bismarck PDT/CE

Relator: deputado Josivaldo Jp - PSD/MA

[Parecer:](#) pela aprovação deste e dos apensados PL 4033/2020, PL 358/2021, e PL 4112/2020, na forma do Substitutivo adotado pela Comissão de Viação e Transportes, com Subemenda.

PL 1113/2021 - Altera a Lei nº 13.874, de 20 de setembro de 2019, que "institui a Declaração de Direitos de Liberdade Econômica e dá outras providências", a fim de inserir classificação das entidades sem fins lucrativos como atividades econômicas de baixo risco. Item nº 22

Explicação: Inclui as entidades sem fins lucrativos devem ser inseridas na classificação de atividades econômicas de baixo risco de todos os entes federativos Municipais, Estaduais e Distritais.

Autor: deputado Francisco Jr. PSD/GO

Relator: deputado Geninho Zuliani - UNIÃO/SP

[Parecer:](#) pela aprovação deste.

PL 77/2019 - Tipifica legalmente o beneficiário final, disciplina e regula a coleta e o compartilhamento de dados sobre beneficiário final e dá outras disposições. Item nº 23

Autor: deputado Rodrigo Agostinho PSB/SP

Relator: deputado Augusto Coutinho - REPUBLICANOS/PE

[Parecer:](#) pela rejeição deste, e do PL 248/2022, apensado.

PL 2270/2021 - Dispõe sobre o regime de privilégio exclusivo da União na prestação de serviços públicos estratégicos de tecnologia da informação. Item nº 26

Autor: deputado André Figueiredo PDT/CE

Relator: deputado Otto Alencar Filho - PSD/BA

[Parecer:](#) pela aprovação, com Substitutivo.

CCJC - COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA / Anexo II, Plenário 01, 13h00

PEC 128/2019 - Altera o Sistema Tributário Nacional e dá outras providências. Item nº 7

Explicação: objetiva modificar as bases de incidência tributária em vigor no Brasil, diminuindo a participação dos tributos sobre o consumo e aumentando a tributação sobre os lucros e ganhos. Entre outros pontos, desmembra o imposto sobre bens e serviços – IBS em dois tributos, um federal e outro dos estados e municípios, o denominado IVA dual, e adiciona um regime especial de tributação com a finalidade de suprir a função regulatória do IOF.

Autor: deputado Luis Miranda DEM/DF

Relator: deputado Darci de Matos - PSD/SC

[Parecer:](#) pela admissibilidade.

PEC 14/2022 - Altera o § 9º do art. 195 da Constituição Federal para reduzir pela metade a alíquota das contribuições sociais de que trata o inciso I quando se tratar de municípios. Item nº 9

Autor: deputado Cacá Leão PP/BA

Explicação: reduz pela metade a alíquota quando se tratar de municípios e nos demais casos, diferenciadas em razão da atividade econômica, da utilização intensiva de mão de obra, do porte da empresa ou da condição estrutural do mercado de trabalho.

Relator: deputado Paulo Azi - UNIÃO/BA

[Parecer:](#) pela admissibilidade.

Quinta-feira (3/11)

CE - COMISSÃO DE EDUCAÇÃO/ Reunião semipresencial, 09h

Reunião Ordinária – Comparecimento do Ministro da Educação Victor Godoy com objetivo de: (i) prestar esclarecimentos sobre o confisco de recursos das Universidades Federais, Institutos Federais e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes); (ii) falar sobre o corte de 96,6% do orçamento das políticas públicas destinadas à Educação Infantil em 2023; e, (ii) esclarecer sobre a redução de repasses à Educação e sobre o pedido do FNDE a uma prefeitura para solicitação de liberação de verba com data retroativa.

SENADO FEDERAL

Não foram identificados itens de interesse até o momento